



REPOSTAS AOS RECURSOS PROTOCOLADOS: questões 1, 2, 3, 4, 5, 24, 27, 28, 29 e 30 – Prova do Processo Seletivo 2026 para o curso de Pós-Graduação Especialização em “Políticas Públicas”.

Questão nº 1: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

1- Assinale a alternativa que contém oração subordinada substantiva completiva nominal:

- a) Ultimamente o ameaçou que não acharia ceia.
- b) Sabemos que ignoramos.
- c) Mas pode-se gabar que foi o primeiro.
- d) Verifico, com um sentimento indefinível, que sou o único sobrevivente.
- e) Tinha certeza que ela levava uma criança.

Os impugnantes afirmam que a alternativa correta é a alternativa [e].

Conclusão

Como houve erro na transcrição do gabarito e como a alternativa correta, de letra E, é a reivindicada pelos recorrentes, não houve, neste caso, análise do recurso.

Diante da análise feita indicamos que o gabarito deve ser retificado e que a **alternativa E** está correta.

Questão nº 2: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

2- Assinale a alternativa que corresponde a uma oração cujo pronome relativo tem a função de objeto indireto:

- a) Conheceu minha mãe, uma mulher simples, com quem praticou numa célebre festa de formatura.
- b) Este é um motivo a que não se pode atribuir qualquer importância.
- c) A vizinha providenciou-lhe uns doces árabes, cujo recheio se desmochava.
- d) Meu coração foi um palco em que se representaram dramas de toda espécie.
- e) Não posso recusar o que me pedem.



Os impugnantes afirmam que a alternativa correta é a alternativa [a].

Conclusão

O pronome relativo citado pelos recorrentes, presente na alternativa [a], exerce a função sintática de adjunto adverbial e não de objeto indireto. Está, portanto, mantido o gabarito da banca.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa B** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 3: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

3- Assinalar a oração incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Salve os mártires de nossa luta.
- b) Viva o campeão!
- c) Salvem as crianças!
- d) Viva as estrelas!
- e) Salve o grande mestre!

Os impugnantes afirmam que a alternativa a alternativa [d] está correta, em detrimento de outras alternativas que estariam incorretas.

Conclusão

A alternativa [d] está incorreta, pois em expressões exclamativas com os verbos viver e morrer, dentre outros, a norma culta pede que o verbo vá para o plural com o nome, ainda que a infração a tal norma seja corriqueira. Nas demais alternativas, a concordância é feita corretamente. Mantido está o gabarito da banca.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa D** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 4: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

4- Acerca do texto acima é correto afirmar que:

- a) Vieira afirma que Deus dividiu o ano em épocas distintas com intuito de entreter o ser humano, uma vez que o tédio é algo inerente à vida.



- b) Vieira preambula seu sermão, pois sabe que seus ouvintes logo ficarão enfadados ao longo se sua fala e utiliza dessa estratégia para reter sua atenção.
- c) Com seu sermão Vieira critica os crentes que são inconstantes e ficam enfadados até mesmo na devoção, contrariando a mercê de Deus.
- d) Vieira lembra que os hebreus utilizaram o ouro que ganharam nos jogos e que era originário das joias das mulheres para construir um ídolo para adorar o deus do jogo, em agradecimento às vitórias obtidas.
- e) Como profeta que é e conhecedor do horóscopo Vieira afirma que as estrelas e as cartas profetizam que na mesa daqueles que jogam faltará o que comer.

Os impugnantes afirmam que a alternativa a alternativa [b] está correta, em detrimento de outras alternativas que estariam incorretas.

Conclusão

O texto de Vieira é claro: no primeiro período o autor afirma que não há coisa tão preciosa, e tão útil que não enfade. No período seguinte afirma: Por isso (por essa razão, por esse motivo) ... não só variou Deus o ano em Primavera, Estio, Outono, e Inverno.... Logo, na visão de Vieira, Deus variou o ano em estações porque se não o fizesse o homem passaria a vida entediado. Desse modo, a alternativa [a] está correta.

Já a alternativa [b] está errada porque Vieira em momento algum afirma que usa tal imagem para entreter seus ouvintes, mas para que não se cansassem da novena, pois estão no meio dela. Mais uma vez o texto é claro: Mas a que fim este exórdio? Estamos por mercê de Deus no dia quinto da nossa novena, que por boa conta é o meio dela. E para não enfastiar a devoção, que também se enfastia, julguei por causa conveniente, e agradável aos ouvintes, que no meio da mesma continuação, sem interromper a matéria, fosse hoje de algum passatempo. Mantido, portanto, o gabarito da banca.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa A** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 5: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

5- Acerca do texto acima é correto afirmar que:

- a) Em seu sermão, Vieira apresenta a origem do termo “passatempo”, explicando sua relação com a evolução inexorável do tempo e demonstrando que esse termo remonta à antiguidade grega e romana, tal como a prática de diversos jogos.



- b) O autor condena os jogos de maneira geral, pois todos acarretam a perda do patrimônio financeiro das famílias, tornando filhos e filhas órfãos apesar de seus pais ainda viverem.
- c) Embora seja católico Vieira afirma que os jogos pagões, inventados por heróis mitológicos, são mais úteis para a guerra e para a agricultura do que os jogos praticados pelos cristãos.
- d) Como os fiéis ainda estão no meio da novena, Vieira propõe a seu público um passatempo para evitar que se sintam enfadados e consigam completar o calendário litúrgico.
- e) Vieira elabora seu sermão para exortar os devotos que chegam a se enfadar da devoção. Valendo-se da retórica como um passatempo, ele pretende fazer com que todos concluam a novena e voltem-se para Deus.

Os impugnantes afirmam que a alternativa as alternativas [d] ou [e] estão corretas.

Conclusão

A alternativa [c] está correta pois Vieira afirma que os jogos pagões eram mais úteis que o dos cristãos: E sendo estes jogos dos gentios tão honestos, tão racionais e tão sisudos, que afronta é dos cristãos, que tomassem deles os dados e cartas, nos quais como notou, antes de nos conhecer, Marco Túlio, nenhum lugar tem a razão e o juízo, senão a temeridade e o caso:

O texto não afirma, em parte alguma, que os hebreus ganharam o ouro nos jogos como indicado na alternativa [d], mas, ao contrário, que o ouro foi expropriado das mulheres e gasto nos jogos: O ouro de que se fundiu o ídolo do deserto, foi o das arrecadas das mulheres e filhas: [...] E que maldito ídolo é este, senão o do jogo em que os salteadores domésticos, depois de terem dissipado tudo o mais, até as arrecadas das mulheres e filhas lhes arrancam das orelhas?

Tampouco Vieira utiliza a retórica como passatempo, tal como afirmado pela alternativa [e], o que não faria o menor sentido, nem afirma que pretende que todos voltem-se para Deus. Aliás, se não fossem devotos não estariam fazendo a novena. A alternativa E está, portanto, errada. Mantido o gabarito da banca.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa C** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 24: A Questão impugnada detém a seguinte redação:



24- O FUNDEF, criado em 1996, representou um marco na coordenação federativa da educação. Qual foi a principal inovação trazida por esse fundo em termos de financiamento e gestão do ensino fundamental?

- a) Transferência direta de recursos da União às universidades municipais.
- b) Substituição completa do ICMS pelo IPTU no financiamento da educação.
- c) Vinculação de recursos ao número de matrículas, estimulando municipalização.
- d) Extinção da participação dos estados na oferta de ensino fundamental.
- e) Criação de conselhos estaduais obrigatórios para gerir o fundo.

O impugnante afirma que a alternativa correta é a alternativa [e], baseado nas seguintes citações: *A área da Saúde foi pioneira com a construção do Sistema Único de Saúde – SUS, a previsão de implementação de conselhos estaduais e municipais de saúde em todo território, associados aos fundos municipais de saúde, instrumentos obrigatórios para o recebimento de repasses federais (Ribeiro, 1997). Esse processo repetiu-se na Educação, de forma mais aprofundada a partir da criação do Fundo de Manutenção e Valorização do Ensino Fundamental - Fundef em 1996 e alterado para Fundeb em 2006 (Pinto, 2007).*

Conclusão:

Como mencionado na questão a resposta tem relação direta com a **inovação** em termos de **financiamento e gestão do ensino fundamental** e não sobre o controle social e a participação da sociedade civil na elaboração e fiscalização da política pública. Como destacado a seguir a principal inovação trazida pelo FUNDEF foi a **criação de um mecanismo financeiro de redistribuição de recursos vinculado ao número de matrículas e com exigências de aplicação específica**, incentivando diretamente a municipalização do ensino. Dessa forma a resposta correta é a alternativa [c] conforme indicada no gabarito. **“A partir do Fundo, os recursos são distribuídos ao estado ou aos seus municípios, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental da rede pública sob sua responsabilidade, segundo o Censo Escolar do ano anterior.** A cada ano é fixado um valor mínimo por aluno/ano pelo Governo Federal, que serve de parâmetro para que, nos estados nos quais este nível não for atingido, a União complemente com recursos do tesouro nacional, até que esse mínimo seja alcançado. Desses recursos, 60% devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos salários dos professores em efetivo exercício.” (Abrucio; Franzese, 2007 p.10) “O repasse por matrícula representou um incentivo para que os municípios assumissem a responsabilidade pela oferta de um maior número de vagas no ensino fundamental. Passados alguns anos de implementação, observa-se que a



municipalização do ensino fundamental avançou no país, tendo o FUNDEF, sem dúvida, colaborado com essa mudança." (Abrucio; Franzese, 2007 p.10)

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa C** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 27: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

27- Assinale a alternativa correta:

- a) Apesar da crise econômica de 2014, receitas e despesas municipais cresceram, o que comprova a eficiência tributária e alocativa no Brasil.
- b) A reformulação dos instrumentos de planejamento e orçamento pela Constituição de 1988 reforça os aspectos de responsabilização e transparência orçamentária iniciados nos dois primeiros governos do regime civil-militar.
- c) Ainda que tenha um viés político intrínseco, o caráter técnico e a imparcialidade são as características mais importantes e que prevalecem no orçamento público brasileiro.
- d) Carlos Matus propõe formas de planejamento situacional em contextos democráticos, dada a dinâmica da realidade social.
- e) As mudanças institucionais ocorridas entre as décadas de 1990 e de 2000 viabilizaram o surgimento de novos espaços participativos e ampliaram o poder decisório local sobre a destinação dos recursos orçamentários.

Um dos impugnantes afirma que a teoria de Carlos Matus não caracteriza a tese central ou o núcleo temático do texto e sim um ponto conceitual secundário, ainda que contenha uma afirmação verdadeira. Considera que a alternativa [e] é a correta por estar em conformidade literal e temática com o conteúdo do texto ou que a questão deva ser anulada.

Outro impugnante afirma que a alternativa [e] possui uma descrição precisa dos efeitos da descentralização e das reformas de transparência e responsabilidade fiscal no Brasil, já que houve maior autonomia e responsabilidade para os municípios com ampliação do poder decisório local, mesmo com uma rigidez do orçamento.

Conclusão

Na página 7 do texto "*Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros.*" há o seguinte trecho: Numa democracia,



considerando que a realidade social é dinâmica, seguindo o conceito de Matus (2006), espera-se que planos e orçamentos sejam situacionais, ou seja, se adaptem às necessidades de cada território, em uma composição na qual o poder público não tem domínio sobre todas as variáveis que incidem no processo, na formulação, ou na execução dos planos e orçamentos, apesar de ser ator relevante e majoritariamente o responsável pela propositura do plano (Matus, 2006; Reis, 2015).”. Este trecho dá sustentação para que o conteúdo da alternativa [d] esteja correta. Este mesmo texto não tem nenhuma afirmação de que as mudanças institucionais ampliaram o poder decisório local sobre a destinação dos recursos orçamentários, ao contrário, na página 3: “Em relação à setorialização das despesas, o argumento do artigo parte da compreensão de **que mudanças institucionais desenvolvidas e implementadas no Brasil, em especial pela esfera federal, ao longo do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, garantiram novos espaços de participação, mas ao mesmo tempo restringiram o poder decisório local sobre a alocação de recursos orçamentários.**”

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa D** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 28: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

28- Sobre a institucionalização da participação política no Brasil é correto afirmar que:

- a) A efetividade da participação no Brasil é um tema de interesse e destaque. O estudo sobre a influência da participação no planejamento e no orçamento público é fundamental para uma melhor compreensão desse debate.
- b) A educação, a saúde, a habitação e a mobilidade são as áreas de políticas públicas cujas legislações estimularam o surgimento dos conselhos de políticas públicas no Brasil.
- c) Os conselhos de políticas públicas no Brasil têm composição paritária e atuação deliberativa.
- d) Apesar de não ser uma inovação brasileira, o orçamento participativo teve início aqui na década de 1990 e sofreu um refluxo a partir de 2004.
- e) Pesquisas sobre o orçamento participativo no Brasil concluíram que essa instituição participativa obteve efetividade na inclusão e ampliação da participação das camadas populares da sociedade.

Um dos impugnantes afirma que a alternativa correta é a alternativa [c], baseado nas seguintes citações: “De forma ampla, os conselhos de políticas públicas são organizações criadas na estrutura governamental, de forma temática, com composição geralmente **paritária** (metade de membros da sociedade civil e metade de representantes do



governo), podendo atuar com poder consultivo, **deliberativo** ou fiscalizatório, de acordo com seu ordenamento jurídico.”.

Outro impugnante afirma que o artigo “*O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas.*” Indica que a criação dos conselhos de políticas públicas decorreu de legislação setoriais em áreas como saúde, educação, habitação e assistência social e que isso torna alternativa [b] tecnicamente adequada. No entanto, a alternativa [b] legislações na área da educação, saúde, habitação e **mobilidade** estimularam o surgimento dos conselhos de políticas públicas no Brasil.

Conclusão:

Conforme o artigo “*Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros.*” na página 5: “De forma ampla, os conselhos de políticas públicas são organizações criadas na estrutura governamental, de forma temática, com composição geralmente paritária (metade de membros da sociedade civil e metade de representantes do governo), podendo atuar com poder consultivo, deliberativo ou fiscalizatório, de acordo com seu ordenamento jurídico.”. Este trecho confirma que os conselhos de políticas públicas têm composição **geralmente** paritária e que pode atuar com poder consultivo, deliberativo **ou** fiscalizatório. Diante do exposto, conclui-se que os conselhos de políticas públicas podem ter uma composição não paritária e não atuar de deliberativa. Assim, a afirmação genérica de que os conselhos de políticas públicas no Brasil têm composição paritária e que atuam de forma deliberativa **está errada**. Em nenhum dos textos há indicação que a legislação sobre mobilidade gerou estímulo para o surgimento dos conselhos de políticas públicas no Brasil, o que torna a alternativa [b] **incorrecta**.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa A** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 29: A Questão impugnada detém a seguinte redação:

29- Assinale a alternativa correta:

- a) A crise internacional no preço de commodities agrárias e de alimentos dos anos 2007–2008 evidenciou um consenso sobre a necessidade de um processo incremental para a resolução do problema.
- b) Segurança e soberania alimentar são conceitos que se complementam, sendo apresentados como sinônimos por organismos multilaterais e movimentos sociais.
- c) A década de 2000 foi um período de aumento do poder de grandes monopólios e no qual qualquer possibilidade de ativismo relacionado a alimentos sustentáveis perdeu força.



- d) Os eventos de 2007–2008 provaram que o sistema de preços de commodities não tem qualquer influência sobre os preços dos alimentos básicos da população, já que se tratam de sistemas distintos.
- e) Movimentos rurais organizados destacaram-se na crítica a relações de poder no sistema alimentar e na defesa da produção diversificada.

Um dos impugnantes afirma que a alternativa correta é a alternativa [a], baseado nas seguintes citações: “**A crise internacional no preço de commodities agrárias e de alimentos, nos anos 2007-2008, gerou uma série de reações governamentais e intergovernamentais**, de atores e fundações do setor privado, bem como de movimentos sociais. A escassez e a alta dos preços de alimentos, em contextos muito distantes daqueles em que os preços de commodities eram negociados, evidenciaram muitas falhas no sistema alimentar global. Apesar do **consenso de que havia problemas neste sistema**, as reações variaram no que diz respeito à profundidade necessária de reformas ou sua transformação radical.”.

Outro impugnante afirma que a alternativa correta é a alternativa [b], pois o texto explica que segurança alimentar e soberania alimentar são conceitos complementares, mas independentes.

Conclusão:

Conforme o artigo “*Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19.*” na página 2 destaca a falta de consenso: A crise internacional no preço de commodities agrárias e de alimentos, nos anos 2007-2008, gerou uma série de reações governamentais e intergovernamentais, de atores e fundações do setor privado, bem como de movimentos sociais. [...] Apesar do consenso de que havia problemas neste sistema, **as reações variaram no que diz respeito à profundidade necessária de reformas ou sua transformação radical**. A alternativa [a] está **errada** por afirmar que há consenso sobre a necessidade de um processo incremental para resolver o problema. Os conceitos de segurança e soberania alimentar não são caracterizados como sinônimos pelo texto. A alternativa [b] está **errada** por afirmar que estes dois conceitos são sinônimos.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa E** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 30: A Questão impugnada detém a seguinte redação:



30- Sobre a tipologia de ações dos movimentos sociais do campo em face da pandemia de COVID-19 pode-se afirmar que:

- a) A tipologia da ação direta aconteceu de maneira digital e presencial. Ainda que a maioria dos municípios rurais brasileiros não tivesse acesso à rede mundial de computadores, no período da pandemia de COVID-19, cresceram as ações na esfera virtual, como lives e tuitações.
- b) A tipologia de construção de mercados alternativos melhorou a logística entre os produtores e os consumidores, porém perdeu a oportunidade de potencializar a iniciativa com o uso das redes sociais.
- c) A tipologia de doação de alimentos baseou-se no princípio da solidariedade e foi liderados por movimentos sociais rurais como o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Uma avaliação desta ação concluiu que houve uma ineficiência na governança que deveu-se a falta de articulação com movimentos sociais urbanos capazes de potencializar o diagnóstico das pessoas mais necessitadas e a distribuição dos alimentos.
- d) A tipologia da ação informacional mostrou-se falha dado o contexto de polarização. As ações informacionais dos movimentos sociais rurais optaram pela ideologização da crise sanitária e pela não divulgação das iniciativas governamentais de enfrentamento a pandemia.
- e) A tipologia da interpelação institucional caracteriza-se por práticas como reuniões, negociações, articulações e advocacy. Estas ações tiveram canais para negociação dos movimentos sociais rurais nos três poderes brasileiros no âmbito da União durante o período da COVID-19.

Um dos impugnantes afirma que a alternativa [a] está errada pelo fato da seguinte afirmação ser incorreta: “Ainda que a maioria dos municípios rurais brasileiros não tivesse acesso à rede mundial de computadores, no período da pandemia de COVID-19...”.

O outro impugnante indica que a alternativa correta é a alternativa [c] afirmando que a doação de alimentos é a tipologia mais importante e frequente, sendo também a principal forma de mobilização dos movimentos como o MPA e o MST.

Conclusão

Na página 10 do artigo “*Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19*.” há a seguinte citação: “Sem desconsiderar o fato de que **70% dos municípios rurais não têm acesso à rede mundial de computadores**, as notícias da Contag destacam essa mobilização como um momento de debate sobre temas, como novas práticas de comercialização, e sobre a necessidade de produzir de maneira



agroecológica.”. Esta informação confirma que a maioria dos municípios rurais brasileiros não tinham acesso à rede mundial de computadores naquele momento.

A alternativa [c] apresenta a seguinte afirmação: “Uma avaliação desta ação concluiu que houve uma ineficiência na governança que deveu-se a falta de articulação com movimentos sociais urbanos capazes de potencializar o diagnóstico das pessoas mais necessitadas e a distribuição dos alimentos.”. A página 5 deste texto confirma a articulação com movimentos sociais urbanos, o que torna a alternativa [c] errada: “... como a distribuição de alimentos alinhada a atos contra o governo; a **construção de articulação com organizações urbanas** para logística e distribuição de alimentos alinhada a ações mais amplas de criação de hortas comunitárias, entre outras que serão explicadas abaixo. [...] Cabe observar que, em algumas campanhas, eles se articularam ou compuseram frentes unitárias com outras organizações rurais, tais como nas ações de apoio ao “Projeto de Lei Emergencial para a Agricultura” (que foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro) e ao “Plano Safra Emergencial”; e **com outras organizações urbanas**, sindicatos e coletivos, tais como a campanha “Vamos Precisar de Todo Mundo” e a “Frente Brasil sem Medo.”. Já na página 9: “Seu objetivo principal foi a solidariedade (de classe), que se deu tanto por meio **de alianças com movimentos urbanos**, como por meio de um discurso que distinguia solidariedade de caridade, em contraposição a ações de outros atores que doaram alimentos.

Diante da análise feita reiteramos que a **alternativa A** é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.